

LIBRAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

ANA CRISTINA SILVA – anacristina.almeida1@outlook.com

GEOVANA LARA MORAIS OLIVEIRA – geovanalara61@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por professores em formação acadêmica (inicial e/ou continuada) bem como sua prática no exercício da profissão, com foco na Alfabetização. Neste contexto é possível perceber a dificuldade na comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos, dado à falta de formação dos profissionais da educação. Assim, nesta pesquisa bibliográfica foram utilizados estudos direcionados ao tema, como Mantoan (2003), Quadros (1997), Ferrão e Lobato (2016), Correia (2008), entre outros. A pesquisa enquadra-se como quali-quantitativa, partindo do diálogo com professores, coordenadores e gestores de instituições de ensino regular, por meio da aplicação de questionários acerca da aquisição da LIBRAS, especificamente no ciclo de alfabetização. Na Pesquisa documental, a referência teve por base o que está descrito na Lei 10.436. Neste contexto os resultados apontaram que os professores alfabetizadores ainda não possuem domínio em LIBRAS o que demanda a qualificação destes docentes a fim de que possam atender os alunos surdos incluídos em sala de aula regular.

Palavras-Chave: Inclusão. Língua Brasileira de Sinais. Formação de professores. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

A problemática que desencadeou esta pesquisa, perpassa pela análise sobre o domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelos professores alfabetizadores, partindo do pressuposto que exista uma iminente dificuldade na comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos. Considerando que no ciclo da alfabetização se o professor não domina libras, como transcorrerá a efetivação do processo de alfabetização destas crianças surdas?

Visto que a inclusão é uma realidade vivenciada no contexto sócio educacional temos como questões básicas nesta pesquisa: Quais os desafios para formação de professores no domínio da linguagem de sinais? De que forma a inserção de libras pode melhorar e ampliar a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos? Como o professor, no contexto da Alfabetização, realiza a mediação da aprendizagem pelo uso da linguagem de sinais? De que



forma a escola está mediando o ensino regular para alunos surdos? Quais os desafios para o professor frente a um aluno surdo onde a família não tem domínio de libras?

A partir destes questionamentos, o tema em debate se torna importante para a compreensão de diversos conceitos de inclusão de como se dá a relação professor-aluno nos contextos da sala de aula e, concomitantemente a efetiva aprendizagem.

Vale ressaltar que, para incluir um aluno em uma sala regular, é preciso realizar adaptações condizentes com sua necessidade. No caso do surdo é necessário que o professor tenha conhecimento da língua natural da criança e, principalmente que faça o uso de diferentes recursos visuais para estimular sua aprendizagem, reconhecendo que o principal meio de comunicação e expressão da criança surda é a linguagem de sinais.

Assim, no meio escolar entende-se como questão conscientizar todos os profissionais atuantes no espaço escolar acerca da necessidade do domínio das libras pelos professores, tendo em foco que todos os direitos dos surdos devem ser respeitados, tanto no meio escolar como também na comunidade onde atua esta criança.

Um ponto forte a ser discutido diz respeito em identificar como se operam as relações afetivas entre pais e filhos surdos, haja vista que os vínculos interferem de maneira significativa na aprendizagem e vida pessoal das crianças surdas. Assim, é imprescindível que os agentes educativos entendam a importância do estímulo familiar no desenvolvimento da habilidade de comunicação da criança surda no que tange ao uso cotidiano da língua de sinais.

Diante destas implicações foi necessário estar dialogando com diretores, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores acerca do tema, realizando aplicações de questionários de uma instituição de ensino particular, localizada em um bairro nobre de Anápolis. Também foram aplicados questionários a acadêmicos de Pedagogia de Instituições de Ensino Superior, interligando uma instituição privada e uma pública a respeito da aquisição do ensino de libras por estes acadêmicos.

Assim, foram objetivos deste estudo: analisar o domínio da libras por parte dos professores alfabetizadores; conhecer práticas usadas para alfabetização e letramento para estudantes surdos usando a libras; refletir sobre a influência do domínio da libras no processo de alfabetização e identificar como as instituições de Ensino Superior repassam aos acadêmicos as noções sobre a inclusão de alunos surdos em salas regulares.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Constituição Federal no artigo 205:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante desta assertiva, compete a nós, pesquisadores, verificar se vem se cumprindo plenamente nos contextos educacionais, principalmente no que abrange a educação básica/ciclo da alfabetização. E, em se tratando da abordagem desta pesquisa, investigar a inclusão de alunos surdos.

Entende-se que, a educação, sendo direito de todos como se assegura na Lei Maior, considera-se essencial para o pleno desenvolvimento dos alunos que as escolas acolham todas as crianças no ambiente escolar, na medida de suas possibilidades, ofertar um ensino verdadeiramente eficaz, levando em conta a formação global do estudante reconhecendo que todos têm o direito à igualdade, construindo caminhos que promovam o desenvolvimento pessoal e profissional de todo e qualquer aluno da rede pública. “O tratamento dado ao direito à educação na Carta Magna de 1988 o conforma como direito subjetivo da pessoa humana e, como tal, torna-se exigível a sua ampla e irrestrita efetividade.” (GARCIA, 2008, p.96)

Conquanto, haveremos de considerar as limitações do sistema público de ensino em todo o país dadas as questões de infraestrutura de grande parte das escolas que em sua maioria não possui condições de atender à demanda local. Assim, para que seja alcançado a real finalidade que a educação exige é imprescindível que adequações sejam realizadas no sentido de oferecer eficiência, proporcionando vagas e livre acesso de todas as crianças.

Vale ressaltar que o direito à educação carrega um sentido mais amplo, não se resumindo somente à educação escolar, haja vista que a aprendizagem acontece em âmbitos diversos, e inicia na família, na comunidade, no trabalho, no grupo de amigos, na associação e também na escola, com o objetivo de educar e se apropriar de novos conhecimentos.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Em concordância com a legislação Código Civil Brasileiro, datado de 1 de Janeiro de 1913, na sua lei nº3.071,§5º que nos diz: “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida cível.”, conforme a Constituição Federal de 1988, o seu artigo



208, III, determina que: “O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino.

Para que seja garantido o atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais, o Estado como titular dessa obrigatoriedade deve oferecer mecanismos a fim de possibilitar o acesso à educação, sendo eficaz, de modo que todos possam usufruir dos direitos descritos na lei.

Contextualizando a libras: aspectos históricos, políticos e legislações no contexto educacional

A luta pela educação dos surdos aconteceu o início a partir do século XVI, sendo um marco a atuação de um surdo francês ex-aluno do Instituto Nacional de Educação de Surdos, chamado Eduard Huet. Em 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do Brasil, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos-mudos, hoje INES (Instituto Nacional de Educação de surdos).

Com o passar do tempo, o termo “surdo-mudo” saiu de uso por ser incorreto, tendo em vista que nem todo surdo é mudo, e que os surdos não falam porque não escutam e não sabem como falar por não escutarem. A escola seguiu firme mesmo em meio a desafios, funcionando até hoje em dia.

De acordo com Quadros (1997) três abordagens se destacaram no contexto da comunicação entre surdos e não surdos. Sendo o Oralismo, o Bilinguismo e a Comunicação Total. O Oralismo defende a integração dos surdos na comunidade ouvinte buscando oferecer condições para desenvolvimento da fala, percebendo a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pelos estímulos auditivos, o objetivo é fazer com que o surdo tenha uma reabilitação em direção a normalidade, em não ser surdo.

O Bilinguismo tem como princípio básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais e como segunda língua a língua oficial dos seus pais (língua portuguesa) podendo ser na modalidade escrita ou falada. O conceito mais importante é que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua própria.

A Comunicação Total tem a preocupação principal dos processos comunicativos entre surdos e ouvintes e entre surdos e surdos. Para a comunicação entre os mesmos fazem o uso de todas as formas possíveis de comunicação. Podendo ser a língua oral, uso de sinais, uso da mímica, uso de imagens, uso da escrita, entre outras maneiras.



Como se pode observar as discussões e os estudos sobre a educação de pessoas com necessidades especiais, no caso o ensino ofertado aos surdos vem se evoluindo desde décadas e, somente com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) as mudanças tomaram rumos mais pontuais e concretos no sistema educacional para que se tenha uma educação inclusiva. Ficou claro a partir daí que o ensino é para todos, afinal, aprender afirma (MANTOAN, 2004, p. 14) é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada.

São as diferentes ideias, opiniões níveis de compreensão que nos enriquecem e que clareiam o nosso entendimento. Ensinar, por sua vez, é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza disponibilizando a todos um mesmo conhecimento (MANTOAN, 2004, p. 14).

Neste contexto a LIBRAS é a linguagem de sinais utilizada por pessoas surdas para se comunicarem, sendo a língua natural dos surdos. A libras possibilita ao surdo o desenvolvimento cognitivo, a socialização, interação e comunicação entre pessoas. Os sinais são feitos com as configurações de mãos, a partir de parâmetros, as vezes fazendo o uso de outras partes do corpo; a expressão facial é sempre de extrema importância para a comunicação por meio das libras.

No que tange à parte legal que versa sobre o tema, temos como fundamentos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre a Educação Especial a Lei nº 9394/96, o que rege a Lei nº 10.436/02, pois apresenta a libras como a língua da comunidade surda, o Decreto nº 5.626/05 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/15 estes reafirmam a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua do surdo e a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita e dá outras providências sobre a educação de surdos.

A libras foi desenvolvida junto com o INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), partindo de uma mistura entre a Língua Francesa de Sinais e de gestos já utilizados pelos surdos brasileiros. A libras foi ganhando espaço com o passar do tempo, passou por diversas tribulações na qual muitos acreditavam que a leitura labial era melhor para a comunicação dos surdos. Porém foi adequado por um tempo, entretanto agora é real e usável pela maioria dos surdos brasileiros.

O alfabeto em português é utilizado para comunicação por meio das libras e dentro de outras linguagens de sinais. É utilizado como forma de apoio aos que não dominam a linguagem, e também em diversas palavras é utilizado as letras do alfabeto em libras para que a palavra seja dita.



Atualmente existem leis em vigor que regulamentam a profissão de intérprete e determinam a formação desse profissional. A LEI Nº 12.319 DE 01.09.2010 regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. De acordo com a lei tais premissas, estão descritas nos artigos 1º e artigo 2º que diz:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - libras. Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Sendo assim, entendemos que a profissão do intérprete é de extrema importância, no espaço escolar que atende crianças surdas e, tal função deve ser realizada com muita responsabilidade, respeitando a individualidade do sujeito humano em situação de vulnerabilidade mantendo a imparcialidade para fazer a interpretação de maneira neutra, sem expressar opiniões pessoais sobre o que está sendo traduzido.

A prioridade na atuação do intérprete de libras é traduzir a língua portuguesa em escolas, palestras, reuniões técnicas, igrejas, fóruns judiciais, programas de televisão etc. No caso deste estudo, tradução para alunos em nível de educação escolar do período da alfabetização.

Para a comunicação em libras é necessário fazer a combinação do uso das mãos, partindo de um ponto de articulação, movimentação, orientação e direcionamento em que serão feitos os gestos, uso das expressões faciais na qual expressará o sentimento do assunto tratado, como o sentimento de tristeza, alegria, raiva, dúvida, certeza, entre outros.

A libras e a formação de professores alfabetizadores

O processo de alfabetização está diretamente ligado à questão de saber ler e escrever a língua portuguesa. É na Alfabetização, que buscamos desenvolver práticas de ensino de forma mais sistematizada, para aguçar a aprendizagem da criança no processo de leitura e escrita.

Segundo Soares (2003, p. 09, 12):

A alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2003, p. 09).

Posto isso, a escola deve ter consciência de que as crianças recebidas na instituição, trazem consigo diferentes concepções culturais, religiosas, sociais e econômicas, déficits de aprendizagem, deficiências que não podem ser deixadas de lado ou fingir que não existem, pois, a Educação contextualizada almeja conhecer, respeitar e valorizar as diversidades existentes em cada realidade. Visto que a alfabetização é um processo que engloba vários contextos, em se



tratando da alfabetização de alunos surdos. A alfabetização dos alunos surdos é totalmente diferente dos demais alunos, deve ocorrer dentro da língua maternos dos alunos, sendo em libras, assim surge a questão: os alunos surdos estão sendo alfabetizados dentro deste contexto? Dentro do contexto da alfabetização de alunos surdos, é necessário que estes professores procurem a formação contínua em libras para ensinar estes alunos em sala de aula dentro da sua língua materna deles, para ensiná-los por meio de uma comunicação eficaz.

Acerca da necessidade de formação inicial dos profissionais que são atuantes na educação a Lei 9394/96, determina:

Art.62 - A formação de docentes para atuar na educação far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Partido do princípio educacional que a educação é um direito de todos, vê-se a necessidade da capacitação dos professores alfabetizadores em dominarem libras para alfabetizarem alunos Surdos no ensino regular.

No Brasil, o decreto nº 5.626 que regulamenta a Lei 10.436, “Lei de LIBRAS”, discorre sobre a formação e atuação de profissionais no ensino de libras, destacando:

A lei reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão determinando que sejam garantidas as formas analisadas de apoiar o uso e difusão bem como a inclusão da disciplina de libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos.

A Lei discorre evidenciando a importância da formação em libras pelos professores, sejam no período da alfabetização, ou não. Para que se garanta o ensino a todos os alunos. De acordo com Ferrão e Lobato (2016, p. 35):

As escolas precisam se organizar para ter um ambiente com um contexto linguístico adequado para os Surdos, buscando um êxito na sua educação, para isso as escolas devem perceber que a língua de sinais, sendo a língua oficial da comunidade surda, seja uma garantia de direito de o Surdo usar sua língua natural.

Outrossim, percebe-se a necessidade de as escolas terem o preparo em receber alunos com necessidades especiais, no caso deste estudo, alunos surdos. Tendo a formação, e qualificação em libras, para que haja a comunicação e ensinamento por meio do uso das libras para os alunos que sejam surdos e estejam inseridos no ensino regular.

É importante ressaltar que não é apenas pelo fato de ser obrigatório o professor conhecer libras. Para que possa promover a acessibilidade aos surdos, é preciso oferecer a formação a todos que fazem parte do cotidiano da escola, ou seja, todos os profissionais que atuam na instituição de ensino regular, como gestores, coordenadores, professores. De acordo com Correia (2008, p.28):



[...] os educadores, professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia dê ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos. (Correia 2008, p.28)

As escolas em consonância com os órgãos oficiais devem fazer adaptações tanto no campo educacional quanto em relação aos profissionais que atuam nas escolas, para que o atendimento seja realmente eficaz. Neste caso, a integração é a oposição do atual movimento de inclusão, garantindo a educação com direito para todos, como diz na Lei.

No que tange à importância da capacitação em libras o professor desde a fase de alfabetização deve fazer parte deste universo, de acordo com Motta e Gediel (2016) possuir habilidade de construir metodologias apropriadas para o alcance do propósito de ensino e aprendizagem considerando a diferença cultural entre ouvintes e Surdos no espaço educacional.

Dessa maneira, cada vez mais é necessário que profissionais da educação, prioritariamente os professores, conheçam, estimulem o uso e utilizem a libras no ensino de Surdos na alfabetização e demais séries.

Contudo é importante ressaltar que mesmo usando todos os artifícios, sobre o processo de letramento, em cada criança, ocorre de maneira subjetiva. Porém os tipos de instrumentos utilizados neste processo devem contemplar a libras e a cultura geral. Desta maneira entende-se que:

[...] o processo de alfabetização se inicia naturalmente. Duas chaves preciosas desse processo são o relato de estórias e a produção de literatura infantil em sinais. O relato de estórias inclui a produção espontânea das crianças e do professor, bem como a produção de estórias existentes; portanto, de literatura infantil (QUADROS, 2000, p. 55).

Nesta sequência, percebe-se que o trabalho de letramento e expansão da linguagem do aluno surdo atrela-se a dimensões associadas ao universo infantil que, entre outras coisas, explora as sensações e o imaginário como forma de estímulo à expressão.

Contudo baseado nas propostas dos autores citados acima, conclui-se como objetivo fazer com que as atividades propostas sirvam de referência, para que a partir delas, os próprios professores possam criar a sua versão de acordo com a sua realidade, inserindo ao estudante surdo a sua rotina escolar com se dirige a demanda, postos a todos no contexto escolar.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida envolveu a pesquisa quali-quantitativa. Inicialmente na pesquisa bibliográfica foram utilizados autores que estão voltados a essa temática da educação, alfabetização, inclusão e formação de professores, tais como Mantoan (2003), Quadros (1997), com Ferrão e Lobato (2016), Correia (2008). Os mesmos compartilham ideias construtivistas onde a aprendizagem significativa é aquela que ocorre através da interação entre sujeito, objeto e outros sujeitos. Foram analisadas ainda as determinações legais que garantem o atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais, no caso deste estudo, os surdos.

Partindo deste princípio percebeu-se a necessidade de investigar junto a professores em formação suas condutas, ao se depararem com estudantes surdos em sala de aula, acerca do domínio em saber ao menos o básico de libras para dar aula a alunos surdos em ambiente de ensino regular, especificamente no período da alfabetização.

Assim foram aplicados questionários com 25 formandos em Pedagogia, mediante a assinatura do TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido) que permite a utilização dos dados da pesquisa (OBS: o TCLE encontra-se em apêndice no final do trabalho). Foram dados os nomes para as instituições de ensino: F1-Faculdade Pública (Faculdade privada conta com 41 Campos espalhados em todo o estado de Goiás. Faculdade Estadual) e F2- Faculdade privada, (A faculdade oferece a comunidade a possibilidade de desenvolver suas habilidades através de um completo programa de Formação que abrange graduação, bacharelados, licenciaturas e tecnologias cursos livres de extensão).

Os questionários abordam questões acerca da formação de libras que estão recebendo atualmente, analisando se existe a formação dentro da grade curricular do curso, se os acadêmicos se sentem confortáveis ao estarem em sala de aula e terem algum contato direto ou em algum momento com alunos surdos; qual seria o sentimento desses acadêmicos. (OBS: O questionário completo encontra-se em apêndice no final do trabalho).

Além das IES (Instituições de Ensino Superior) também foram aplicados questionários para três coordenadores, uma gestora e cinco professores de instituição de educação básica, (O colégio é particular, atende alunos da educação infantil, desde o infantil 2 até o ensino fundamental 1 no período vespertino. No período matutino atende alunos do ensino fundamental 2 e ensino médio. O Colégio está localizado em um bairro “nobre” de Anápolis e atende principalmente a classe média e alta), também a fim de saber a questão da formação do professor em libras para atuar na alfabetização. A aquisição das libras por esses profissionais e de uso profissional, especificamente no período da alfabetização, a fim de levantar conclusões



sobre como o aluno surdo é atendido no período da alfabetização e como é a formação de professores para conduzir a sala de aula obtendo inclusão de aluno surdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados expostos abaixo são resultados dos questionários aplicados aos professores, coordenadores, à gestora e aos formandos em pedagogia de duas instituições privadas e duas instituições pública da cidade de Anápolis-Goiás. Os questionários (apêndice 1) foram aplicados aos acadêmicos de Pedagogia, e o questionário (apêndice 2) foi aplicado aos professores alfabetizadores, coordenadores e diretora.

Sendo assim foi verificado que atualmente as IES (Instituição de Ensino Superior) atuam com esta formação dos profissionais de Pedagogia, tendo a disciplina de libras de forma obrigatória, e com uma carga horaria razoável. Sendo assim, segue resultados dos questionários aplicados aos acadêmicos de Pedagogia, na qual todos tiveram/ têm libras na graduação.

A instituição F1 não disponibilizou a sala de aula para a entrega dos questionários aos formandos. Duas alunas da instituição se voluntariaram em respondê-lo fora da instituição. As mesmas responderam que tiveram a libras como disciplina inserida na grade curricular sendo aulas presenciais. As duas acadêmicas afirmaram não estarem preparadas para atender um aluno surdo em sala, assim demonstraram interesse em fazer um curso de formação continua em libras para que possam ampliar seus conhecimentos.

Em relação à pergunta: Qual o papel da formação inicial e ou continuada no domínio da LIBRAS para professores alfabetizadores? Tivemos as seguintes respostas:

A1- “Passar um conhecimento no qual ela não se sinta excluída dentre os demais alunos que estão na mesma sala que a criança”.

A2- “Transmitir o conhecimento para as crianças surdas de maneira facilitadora e inclusiva.”

Muito pertinente as colocações das acadêmicas que defendem a ideia de atividades serem aplicada a todas as crianças, afim, de que a criança surda não se sinta excluída dentro da sala de aula frente aos outros colegas. Seria uma tática interessante, ensinar aos outros alunos a libras, mesmo que de forma básica. Assim, além da professora, todos os alunos podem se comunicar com este aluno surdo.

Sobre a questão: Como se imagina atuando numa sala de alfabetização tendo alunos surdos inseridos? Tente descrever suas sensações neste contexto. Obtivemos como respostas:

A1- “Por não saber LIBRAS, enfrentarei uma dificuldade bem maior em conjunto com o medo por não ter o domínio da língua.”.

A2- “Vou tentar fazer atividades que todos os alunos, surdos ou não, possam aprender.”.

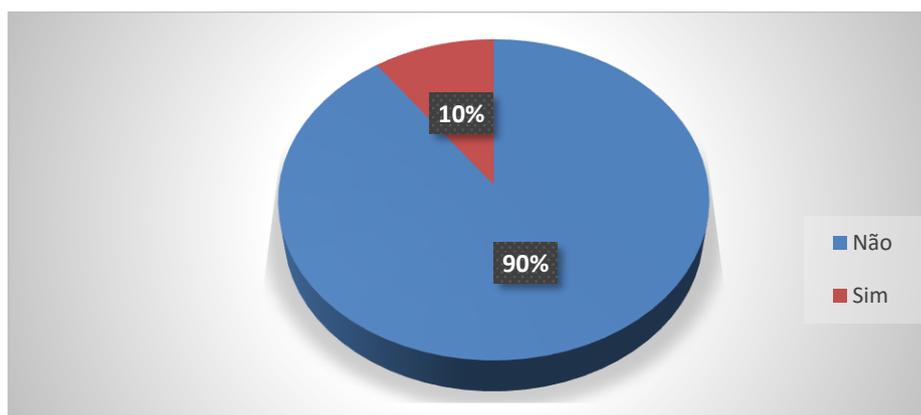


De acordo com as respostas descritas acima é possível perceber que o fato de o professor não dominar o recurso das libras vem se tornando uma enorme dificuldade para as professoras dar aula em um contexto com algum aluno surdo. Sendo necessário a apropriação em aprender ao menos o básico da língua de sinais para tentar ensinar a todos os alunos sem exceção.

A instituição privada F2 disponibilizou duas turmas de Pedagogia, a primeira (BB-1) sendo a sala com alunos do 5º período do curso. Tendo 10 alunos (9 mulheres e 1 homem) em sala de aula no dia da aplicação do questionário. Todos os entrevistados afirmaram terem tido a disciplina de libras na grade curricular de forma presencial.

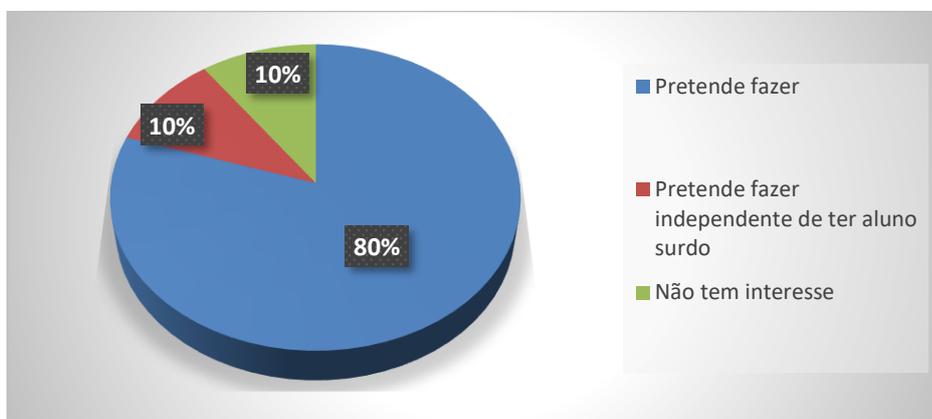
Segue em anexo gráficos, as questões do questionário estão anexadas nos apêndices.

Gráfico 1 - Acredita estar preparado para receber um aluno surdo em sala de aula?



Fonte: Geovana Lara, Ana Cristina (2019)

Gráfico 2 - Pretende fazer curso de formação contínua em libras?



Fonte: Geovana Lara, Ana Cristina (2019)



Sobre a questão a respeito da pretensão de fazerem um curso de formação contínua em libras, entende-se então que os 90 % dos entrevistados que se sentem despreparados com a disciplina ofertada na faculdade onde estudam, em sua maioria pretendem fazer um curso de formação Contínua em libras, percebendo-se que 10 % dos acadêmicos que pretendem fazer independente de ter um aluno surdo é realmente interessado em se adequar em saber libras, independentemente de estar em um contexto educacional com alunos surdo. E os 10 % que não pretendem, demonstram realmente a falta de interesse total em se adequarem.

Sobre a questão; que diz respeito às preocupações que os mesmos possuem pela eminencia em ter um aluno surdo em sua sala de aula no ciclo de alfabetização. Diante do questionamento algumas respostas foram interessantes, onde uma das entrevistadas chegou a afirmar que sente “medo” de ter um aluno surdo e não saber como agir diante da situação. Outros responderam:

A3- “Imagino suprir a necessidade de um intérprete, fazendo até tradução simultânea do português para a libras, criando aproximação com o aluno, e entre os alunos, fazendo de fato uma inclusão do aluno surdo na sala de aula.”

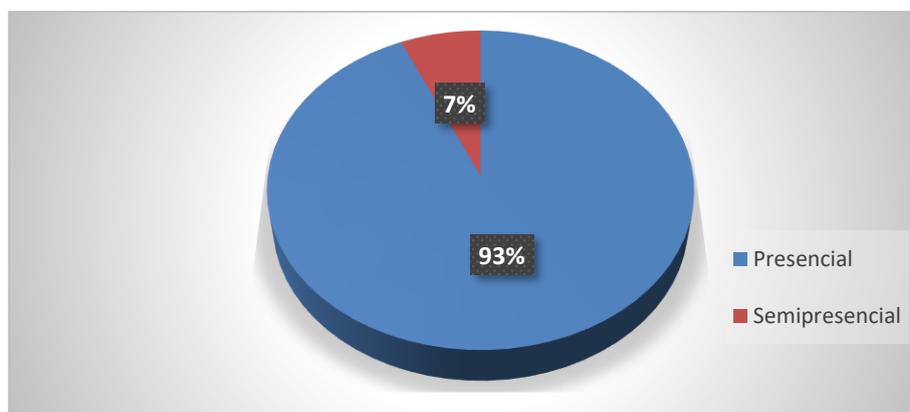
A5- “Inicialmente teria muita dificuldade e precisaria de um interprete para executar com excelência o meu trabalho e mediar o meu conhecimento para o aluno com surdez.”

A7- “Me imagino totalmente perdida, pois não estou preparada para alfabetizar um aluno surdo.”

Nos casos das colocações desses acadêmicos, é perceptível a angústia de alguns profissionais frente a possibilidade de receber em sua sala de aula um aluno surdo e ter que alfabetizá-lo. Fica claro diante da análise dessas narrativas que, apesar das escolas disponibilizarem professores de apoio, o professor regente também precisa dominar a língua de sinais.

Já na turma (BB-1) da mesma instituição, os questionários foram respondidos por 15 acadêmicos da turma do 3º e 4º período, sendo todas mulheres.

Gráfico 3 - Libras como disciplina na grade curricular?



Fonte: Geovana Lara, Ana Cristina (2019)



Percebe-se que 7% das entrevistadas tiveram acesso à disciplina em caráter semipresencial, e, algumas disseram sentir uma preocupação a respeito do pouco conhecimento que tiveram durante as aulas. Ressalta-se que a libras para ser realmente aprendida é necessário que a aula seja presencial, e com uma carga horária suficiente para a plena assimilação desta disciplina.

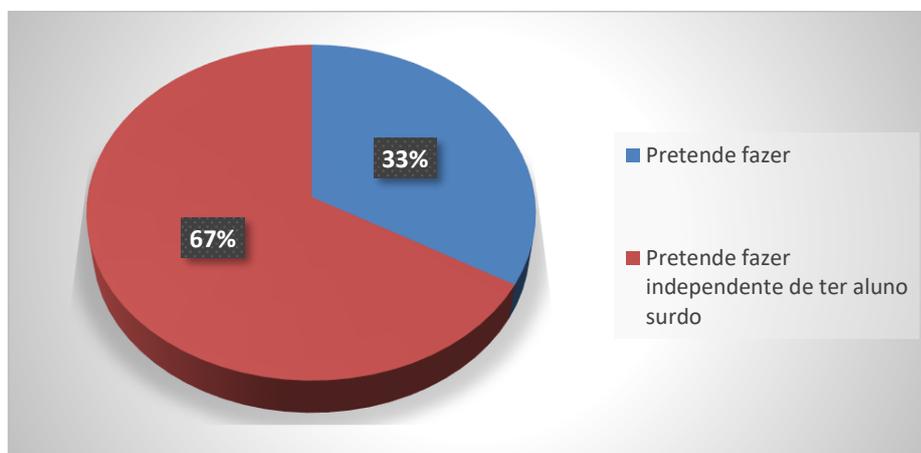
Quanto ao desejo de alguns professores em fazer um curso de formação contínua, de libras, percebe-se que todos se sentem interessados em ingressar em algum curso da formação, tendo justamente ligação com as respostas da questão 6, sobre a preocupação em ter que trabalhar com um aluno surdo em sala de aula no período da alfabetização.

A4- “Não seria fácil, porém com um curso de formação contínua ajudaria bastante.”

A5- “Penso que não seria fácil, mas com a ajuda de um interprete e com curso de formação facilitaria.”

Podemos deduzir daí que a maioria dos acadêmicos sentem a necessidade de uma formação contínua, e que esta formação iria ajudar para que o ensino de fato ocorra. Todos se mostraram interessados em se especializar em alfabetização e estarem preparados para se preciso, trabalhar com um aluno surdo em sala de aula. Outros casos também podem surgir no espaço escolar e, os agentes educativos devem estar preparados para gerir diferentes situações.

Gráfico 4 - Pretende fazer curso de formação contínua em libras?



Fonte: Geovana Lara, Ana Cristina (2019)

De acordo com Costa (2011, p. 531):

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades educacionais.

Sendo assim, a formação se constrói com espaço de fortalecimento das práticas pedagógicas, tanto a parte teórica quanto a prática do ensino.

A respeito dos questionários para as professoras da alfabetização, das 5 entrevistadas, 4 afirmaram ter tido aulas desta disciplina de libras sendo presenciais, e 1 professora disse não ter tido aulas de libras no transcorrer da formação. Todas as entrevistadas afirmaram ser formadas em pedagogia. Nenhuma das professoras afirmou ser fluente em libras.

Na pergunta: De que forma o suporte da coordenação pedagógica e gestão escolar influenciaria no trabalho com alunos surdos no período da alfabetização? De sua opinião. A professora P5 não respondeu, e as demais respostas foram:

- P1-** “No meu modo de pensar a escola teria que contratar um professor de libras para acompanhar esses alunos.”
- P2-** “Investindo em cursos de formação continuada para os profissionais que estão na sala de aula.”
- P3-** “auxiliando o professor em sala de aula e incentivo ao docente e fazer a especialização em libras.”
- P4-** “fazendo com que os professores tenham momentos de aprendizagem através de cursos e buscando a interação dos alunos.”

De acordo com as respostas obtidas, avalia-se que as professoras acreditam que a coordenação pedagógica e a gestão escolar devem ser os primeiros agentes para que a inclusão aconteça de fato, no contexto do ensino com libras. Reiteraram que os órgãos competentes nas instâncias superiores devem promover treinamentos e seleção de pessoal especializado para auxiliar os professores regentes no contexto da sala de aula.

Segundo Mantoan ,2003, p. 93):

Os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e aprendizagem, isto é, especializarem-se no “o que”, no “como” e no “para que” se ensina e se aprende. Ao nosso ver e inspirados nos projetos que visam uma educação de qualidade para todos, o tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral de educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. Em resumo, a formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a educação especial e a regular, nos sistemas escolares.

A autora traz em sua fala a necessidade que existe da adequação para que os ensinamentos dos conteúdos curriculares sejam ministrados, e assim ocorra de fato um ensino de qualidade a todos os alunos. Existem projetos que podem ser levados para dentro da sala de aula, partindo de um ponto estratégico onde todos os alunos de fato tenham interesse em participar, onde todos, incluindo o aluno surdo tenham uma função, um papel importante para realização das atividades propostas.

Para que a aprendizagem de fato ocorra faz-se mister que haja interesse por parte destes profissionais da educação em procurar a formação adequada para de fato incluir alunos com deficiências em salas de aula. Percebe-se que boa parte destes profissionais estão à procura da formação, mas terminam por colocarem empecilhos para se profissionalizarem após a graduação.



Sobre a questão; como se imagina atuando numa sala de alfabetização tendo alunos surdos inseridos? Tente descrever suas sensações neste contexto. As respostas mais pertinentes dentro deste foram:

P1- “sei que seria muito difícil pois tenho aluno autista em sala de aula, é complicado, imagina um surdo. Devido as escolas não estão preparadas e nem os professores.”

P2- “acredito que estaria mal preparada para lidar com a situação no contexto em si não saberia nem se aproximar do aluno.”

P4- “Seria o momento de adaptação para o professor para criança surda, mas também seria o momento de bastante aprendizagem para todos.”

P5- “acredito que seria um grande desafio, porém educação já é um desafio então buscaria ferramentas para inserir o meu aluno em todas as atividades e brincadeiras e a propor ensinar alguns sinais para a turma e contextualizar o ensino de maneira que seja significativa.”

Atualmente o tema inclusão é muito debatido e sabe-se da existência das Leis que regulamentam a inclusão. Os estudos de Coelho (2010 p.58), versa sobre o assunto e afirma que: “as questões legais aparecem como suporte orientador e indutor de mudanças, mas não como garantia efetiva da inclusão, já que por si só, leis não garantem mudanças”.

Embora exista os textos da lei que discorrem sobre a inclusão, prioritariamente sobre o uso das libras no contexto formativo do professor, ainda prevalece a insuficiência no ensino, existe a falta de interesse dos profissionais por algum motivo em busca da formação contínua, o que retrata um cenário distante do ideal.

A compreensão que se tem sobre as colocações do autor supracitado é que os docentes devem se sentir preparados para atuarem junto às crianças não somente surdas, mas com quadros de outras dificuldades manifestas. Assim, uma vez mais podemos afirmar que os sistemas de ensino/Secretarias de Educação/Coordenações Regionais, invistam em cursos profissionalizantes dentro da área de libras e outras.

Diante do que se pode observar nos diálogos travados nos ambientes escolares visitados, existe uma falha ou falta no que diz respeito à formação e qualificação dos professores, tanto em relação aos acadêmicos de pedagogia, como para os professores em atuação em salas de aula. Tal problemática foi identificada em todos os ambientes educativos deixando assim, a percepção de que os profissionais não estão plenamente preparados para o trabalho com alunos surdos no ensino regular, o que não garante a esses alunos surdos à domínio da aprendizagem.

Para Lobato, Amaral e Silva (2016, p. 11):

Dentre as propostas educacionais para a melhoria da escolarização de Surdos está a formação do professor, porém, não é simples qualificar professores, sobretudo, no contexto sócio-político vigente. O professor questiona a falta de espaço e recursos materiais apropriados; a necessidade de um corpo técnico suficiente e uma remuneração adequada, a fim de que possa manter-se atualizado e qualificado.



As escolas poderiam desenvolver metodologias visando auxiliar os professores, para que tenham conhecimentos práticos e que esses conhecimentos possam ser utilizados para transmissão dos conteúdos: letras, números, produção de texto aos alunos de modo compreensivo. E assim os professores aprenderiam de forma justificada, tendo um apoio da própria escola em que atuam, como um suporte para qualificação dos saberes, tantos das leis, das normas como da utilização das libras.

Dos questionários aplicados, 2 coordenadores da instituição privada responderam o questionário, a primeira coordenadora denominamos como CP-PRIV 1, a mesma é formada em Pedagogia e pós-graduada em Neuro pedagogia, e outra coordenadora da mesma instituição denominamos como CP-PRIV 2, ela é formada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia. A diretora denominada como (D), é formada em Pedagogia e atua a 15 anos em Gestão Escolar. Ambas não têm especialização ou curso específico em libras. E na grade curricular não aparece tal disciplina. Sendo um déficit na graduação.

No que se refere ao Colégio de ensino público, apenas uma coordenadora se disponibilizou a responder o questionário. O Colégio CM, é muito amplo, conta com recursos financeiros da prefeitura, com boa estrutura, atende a 200 alunos da Educação Infantil, tem ambientes padronizados destinados a todos os momentos de forma diferenciada, como refeitórios, parque de diversão, área externa verde, salas de aulas com cantinho do sono, cantinho da leitura, trocadores, banheiros, sacada para diversão.

A Coordenadora Pedagógica da Instituição denominamos como CP-PUB, é graduada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia, não teve acesso à disciplina de libras na graduação. Atua como coordenadora há 18 anos. Não é fluente em libras, porém já fez curso no CEFOP (Centro de Formação dos Profissionais da Educação).

A respeito da questão; (Qual o papel da formação inicial e ou contínua no domínio da LIBRAS para professores alfabetizadores?) A coordenadora CP-PRIV 1 não respondeu. E como resposta da coordenadora CP-PRIV 2, CO3 e D obtivemos:

CP-PRIV 2- “Prepara os professores para que possam possibilitar aos alunos com necessidades auditivas, que se desenvolvam e adquiram conhecimentos por meio da Língua de Sinais.”

D- “Na atual realidade se faz necessário para complementar com trabalho do profissional que acompanha o aluno.”

CO3- “Acredito ser uma suma importância tendo em vista que muitos alunos necessitam desse recurso e no passado era menos acessível.”

Tais declarações revelam que os agentes educativos estão preocupados com a aprendizagem do aluno surdo e, conseqüentemente o preparo da instituição escolar em oferecer um canal de comunicação adequado à aprendizagem a todos os alunos na fase da alfabetização.



Como afirma Mantoan (2008), para a inclusão ser efetiva é necessário: “(...) um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalhar com as diferenças, a diversidade, nas suas salas de aula.” Deve ser colocado em prática na formação acadêmica dos professores, e buscar formá-los críticos e comprometidos com o ensino e aprendizagem de seus alunos.

Da pergunta 7 até a pergunta 13, que investigavam sobre as experiências com alunos surdos no contexto da alfabetização, não foram relatadas nenhuma experiência. Mas em uma pesquisa realizada por uma acadêmica de pedagogia teve um relato bem interessante sobre as formas de ministrar aulas para alunos surdo em uma instituição de Ensino Fundamental. Sobre a prática da professora alfabetizadora teve como resultado:

Na prática da professora P2, na sala de recursos multifuncionais através do AEE há uma atuação mais forte nas metodologias voltadas para a interação do visual com o oral o que desperta maior interesse e rendimento da aluna Q. Nesse ambiente são trabalhados com essa aluna o alfabeto, os números, as letras do nome da aluna, o relógio, as cores e alguns pequenos textos, sendo todos oralizados e mostrados em LIBRAS, para que a criança possa fazer a relação entre as duas línguas. (SILVA, 2015).

Sendo assim foi possível perceber que esta professora utiliza de forma lúdica, aplicando uma metodologia para o aprendizado do aluno surdo, buscando através de um ambiente motivador, atividades que despertem desejo e prazer pelo aprender. As atividades são voltadas para as necessidades de cada aluno. No que se refere ao estudo aplicado, a professora trabalha com a utilização das duas línguas, português na forma oral e libras na utilização das imagens. Para garantir a aplicabilidade da língua de sinais, a professora regente conta com o suporte da professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

Neste sentido podemos observar que o apoio do AEE faz com que haja uma ponte entre o aluno, o professor docente, permitindo uma troca de experiência, como uma forma de apoio aos conteúdos que serão transmitidos a este aluno, e que contribui no processo educacional do estudante e em todo o contexto escolar do aluno surdo.

Já em uma pesquisa realizada por um outro acadêmico sobre a mesma temática, Luiz Gracia Santos (2015, p.27) relatou que “[...] foi possível perceber que os professores se relacionam com os alunos surdos tentando dar atenção e compreender o que eles desejam. Com muita dificuldade, os professores tentam explicar os conteúdos e como resolver as atividades propostas.” Nesta perspectiva percebemos que os professores não utilizam estratégias e

metodologias adequadas que atendam às necessidades dos alunos surdos, é notório que os professores se desdobram para conseguir cuidar de toda a turma, tantos os alunos surdos e não surdos. Nessa turma não foi repassado se há um interprete de libras em sala, vale lembrar que é garantido na Lei 10.436/02 que o interprete dessa língua sinalizada deve acompanhar o processo acadêmico do aluno, garantindo a acessibilidade comunicacional em todo espaço escolar.

No tocante à questão; (De que forma o suporte da Coordenação pedagógica e da gestão escolar influenciaria no trabalho com alunos surdos no período da alfabetização? Dê a sua opinião.) Obtivemos como respostas:

CP-PRIV 1- “Orientando, planejando, buscando aplicar metodologias que possibilitam habilidades para os professores levar o conhecimento até esses alunos de forma prazerosa, dando apoio e promovendo capacitações para que as expectativas cheguem aos resultados, atendendo as necessidades.”

CP-PRIV 2- “Sem dúvida a parceria entre coordenação e professores é fundamental para que se tenha um bom resultado em sala de aula. O suporte faz com que essas crianças tem o melhor rendimento e aproveitamento dos conteúdos ministrados.”

D- “O suporte de toda equipe pedagógica é de grande importância para que a criança e a família sejam acolhidas e participem da rotina escolar da escola e não somente dentro da sala de aula.”

CP-PUB- “Embora não tenhamos nenhum aluno surdo, acredito que para que se consiga realizar um bom trabalho com alunos surdos é preciso que tanto coordenadores quanto gestores tenham um olhar diferenciado e que promovam recursos para que isso aconteça.”

Segundo Paro (2001, p. 153), "A gestão [administração] escolar verdadeiramente comprometida com a transformação social deverá estar, conscientemente, buscando objetivos que atendam aos interesses da classe trabalhadora". Sendo evidente que as três coordenadoras estão aptas em uma situação de ter um aluno surdo se adequarem e serem a base sólida para a melhoria dos rendimentos das professoras da instituição, para que os alunos sejam melhores alfabetizados no contexto do ensino regular.

A respeito da questão que fala das sensações em se ter um aluno surdo em sala, as respostas foram:

CP-PRIV 1 “Um desafio, me colocaria disponível para orientação dos profissionais que acompanham o aluno fora do ambiente escolar, me capacitaria para que as habilidades e dificuldades fossem trabalhadas com assertividade.”

CP-PRIV 2- “Seria um grande desafio uma vez seria a 1º vez, porém, creio que seria muito satisfatório. Acho que me realizaria por completo em saber que estaria me doando e ao mesmo tempo aprendendo.”

D- “A primeiro momento um desafio, seria necessário estudo e dedicação, o primeiro passo seria trabalhar com a turma toda para assim inserir o aluno nas atividades.”

CP-PUB-- “Acredito que não é algo muito fácil, mas a LIBRAS é uma língua perfeita capaz de dar voz a quem não possui, acho que ainda são poucos os que se interessam por ela e que ainda temos muito que caminhar, mas acredito que deve ser algo muito gratificante dar voz a quem não possui. ”



Na visão de Saviani (1986, p. 76), "[...] ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade [...]", vendo que os professores são a chave para ensinar os alunos bem tratados, e que os mesmos tenham estes direitos garantidos. Afinal são os professores que ensinam e encaminham os alunos para a vida, através da aprendizagem, para a cidadania.

Vale ressaltar que a suposta sensação de medo e insegurança apontada pelos participantes da pesquisa, seria sanada por meio da oferta de cursos preparatórios no sentido de promover a segurança dos docentes em atender alunos com essas necessidades, se capacitando por meio da formação continuada. Percebe-se que os professores estão “em um tipo de zona de conforto”, pois, mesmo sabendo que é possível que tenham um aluno com algum tipo de deficiência, não procuram se capacitar, não só na área da inclusão de surdos, mais em todas as formas de inclusão que surgem no dia-a-dia das unidades escolares. No que se refere ao tema desta pesquisa, o ponto chave é a procura pela adequação e formação em libras.

Mostrou-se que a formação continuada é indispensável à atuação eficaz dos docentes. É imprescindível que entendamos que a formação inicial deveria propor condições de um trabalho docente consciente, ou seja, não só de teoria, mas destacar a construção do conhecimento com práticas para que possamos enfrentar os desafios do processo ensino aprendizagem.

Desta forma é preciso condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Na visão de Libâneo (2004, p. 34-35) a ideia-chave de formação continuada se dá:

Pela participação e gestão do trabalho escolar, onde os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional. Mas, principalmente aprendem sua profissão. (LIBÂNEO 2004, p. 34-35).

Segundo Libâneo, entende-se que o professor deve buscar a formação continuada, seu próprio desenvolvimento sócio cognitivo. Investir, profissionalizar-se, adequar-se às novas demandas sociais, compreender que sua formação precisa ser contínua e continuada e, que o conhecimento é progressivo e sistematizado, havendo perspectivas de inovação, desafios constantes. Assim, todos os agentes educativos precisam ver a educação como processo de



inclusão, fundamentada nas concepções de direitos humanos, pois a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência nas escolas.

O pedagogo/professor bilíngue deve ser uma profissional fluente em libras/Língua Portuguesa e que tenha a responsabilidade de alfabetizar e numerar (refere-se ao ensino de matemática) o aluno surdo. Sua alfabetização, deve se dar por meio do ensino da escrita e leitura, e da Língua Portuguesa como segunda língua.

Diante dos estudos realizados e pelos diálogos promovidos com agentes educativos das instituições pesquisadas, é possível afirmar que, tanto o ensino em libras, quanto ao ensino de Língua Portuguesa, pressupõe uma formação específica para o professor que atuará na educação infantil, com foco no ciclo de alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender o processo de formação de professores alfabetizadores em libras, sendo realizada através de pesquisas bibliográficas e aplicações de questionários a acadêmicos em formação e professores atuantes na área da alfabetização de crianças. Diante dos dados obtidos, foi identificado lacunas na formação dos professores em libras, limitações em garantir a acessibilidade comunicacional dos alunos surdos nos espaços escolares. Sendo assim emergentes as formações neste aspecto da educação, ressaltamos que é indispensável a iniciativa dos professores buscarem formação inicial e/ou continuada para a realização da prática educativa inclusiva dos surdos na alfabetização, visto que é uma etapa que exige preparação, para que esses profissionais consigam enfrentar as adversidades presentes neste contexto.

Porém, é preciso que as escolas juntamente com os professores, gestores, realizem ações em busca da conscientização para a formação contínua em libras, e assim tenha a propagação dessas mudanças de ações, a fim de que os professores reflitam sobre tais limitações no contexto da educação dos surdos e as utilizem em sala de aula de forma integrada a um todo.

Portanto, finaliza-se esse estudo, mas esse não se faz conclusivo, visto que está aberto a novas investigações acerca da alfabetização do surdo, bem como a formação continuada dos profissionais que atuam nesse processo de ensino.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the mastery of the Brazilian Sign Language (libras) by teachers in academic education (initial and / or continuing) and its practice in the exercise of the



profession, focusing on Literacy. In this context it is possible to perceive the difficulty in communication between hearing teachers and deaf students, given the lack of training of education professionals. Thus, in this bibliographical research studies were used directed to the theme, such as Mantoan (2003), Quadros (1997), Ferrão and Lobato (2016), Correia (2008), among others. The research fits as quali-quantitative, starting from the dialogue with teachers, coordinators and managers of regular education institutions, through the application of questionnaires about the acquisition of libras, specifically in the literacy cycle. In documentary research, the reference was based on what is described in Law 10,436. In this context, the results showed that the literacy teachers do not have mastery in libras, which demands the qualification of these teachers so that they can attend deaf students included in the regular classroom.

Keywords: Inclusion. Brazilian Sign Language. Teacher training. Literacy.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.626, Lei 10.436, “**Lei de Libras**”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996 art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89.

BRASIL. Libras como disciplina curricular. Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/leis/acessibilidade/capitulo-iii-da-formacao-do-professor-de-libras-e-do-iinstrutor-delibras/>
Versão = convencional-mobile. Acesso: 29 out. 2019.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

COSTA, V. A. da. **Inclusão de alunos com deficiência: experiências docentes na escola pública**. Revista Debates em Educação. Maceió, v. 3, n. 5, p. 49-62 jan. /jun. 2011.

FERRÃO, Comércio Pereira; LOBATO, Huber Kline Guedes. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores do Ensino Fundamental**. In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem da Libras e Língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016.

GRACIA, L. S. **Alfabetização e inclusão da pessoa com surdez**, Bahia - 2015/ Disponível http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15820/1/2015_LuizGraciaSantos_tcc.pdf Acesso: 22 nov. 2019.



GARCIA, R. M. C. **Políticas na educação: do global ao local.** In BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de; CAIADO, K. R. M. (org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2008, p. 11 – 23.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LOBATO, Huber Kline Guedes; AMARAL, Helen Nazaré Silva; SILVA, Lucival Fábio Rodrigues da. **Análises e reflexões sobre a inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular.** In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem das libras e língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016. Disponível em: Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2004.

MIRANDA, Ana Patrícia e Silva de; FIGUEIREDO, Daiane Pinheiro; LOBATO, Huber Kline Guedes. **A tecnologia da informação e comunicação e ensino aprendizagem de alunos surdos: relato sobre a experiência de uma professora da sala de informática.** In: diálogos sobre inclusão escolar e ensino-aprendizagem das libras e língua portuguesa como segunda língua para surdos. 2016, p.29.

MOTTA, Janayna Avelar; GEDIEL, Ana Luísa Borba. **Formação de professores em libras: um caminho para a inclusão escolar. diálogos entre culturas e sociedade.** Anais da jornada de estudos linguísticos e literários. Disponível em: >.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar** - Introdução Crítica, 9. ed., São Paulo: Cortez, 2001

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SILVA, Rafaela Brito. O professor e o processo de alfabetização do aluno surdo, Caicó-RN 2015/ Disponível em: file:///C:/Users/Leila/Downloads/RafaeladaSilvaBrito.Pedagogia.pdf Acesso em: 19 nov. 2019.

SOARES, Magda. **As muitas facetas da alfabetização.** Da Faculdade de Educação da Universidade Federal de MG. Caderno de Pesquisa. São Paulo, fevereiro/2003.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: A Aquisição da Linguagem, Artes Médicas,** Porto Alegre 1997.

QUADROS, R. M. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais.** Revista Textura, Canoas, n.3. 2º semestre de 2000. p. 53-61.



APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário apresentado aos acadêmicos de pedagogia

Ao entrevistado,

Somos acadêmicas do Curso de Pedagogia e solicitamos sua colaboração no preenchimento deste questionário sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto da formação de professores alfabetizadores. Sendo assim estamos realizando uma série de perguntas nesta instituição. Dessa forma, esta pesquisa propõe ouvir os atores sociais (gestores, professores, coordenadores e acadêmicos de pedagogia) sendo os principais envolvidos nesse processo de aprendizagem. Nesse momento, torna-se fundamental a sua colaboração, respondendo este questionário e/ou entrevista. Os dados contidos no mesmo serão tratados como sigilosos e usados exclusivamente para a realização desta pesquisa. Sua contribuição irá favorecer o avanço da pesquisa acadêmica sobre a temática em estudo.

Desde já, agradecemos.

Ana Cristina Silva

Geovana Lara Morais

QUESTIONÁRIO

1) Em sua formação inicial, você teve/tem LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como uma disciplina inserida na grade curricular?

- Sim, presencial
- Sim, EAD (Educação à distância)
- Sim, Semipresencial
- Não

2) Você como futuro pedagogo acredita que está preparado para receber um aluno surdo em sala de aula, somente com a formação inicial do pedagogo oferecida em sua grade curricular?

- Sim
- Não

3) Qual o papel da formação inicial e/ou continuada no domínio da LIBRAS para professores alfabetizadores?

4) Você pretende fazer um curso de formação continuada de LIBRAS?

- Sim, pretendo
- Sim, apenas se eu tiver um aluno surdo em sala de aula
- Sim independente de ter aluno surdos ou não
- Não, porque é função do intérprete
- Não, não tenho interesse

5) Possui domínio de LIBRAS?

- Sim
- Não



6) Como se imagina atuando numa sala de alfabetização tendo alunos surdos inseridos? Tente descrever suas sensações neste contexto.

APÊNDICE B - Questionário apresentado aos professores, gestores de instituições de ensino

QUESTIONÁRIO

1) Qual a sua formação acadêmica?

2) Em sua formação inicial, você teve a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como uma disciplina inserida na grade curricular?

- Sim, presencial
 Sim, EAD (Educação à distância)
 Sim, Semipresencial
 Não

3) Qual o papel da formação inicial e/ou continuada no domínio da LIBRAS para professores alfabetizadores?

4) Há quanto tempo está atuando em sua área de formação?

5) É fluente em LIBRAS?

- Sim Não

6) Já fez algum curso de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)? Onde?

- Sim Não
-

7) Há quanto tempo você atua na alfabetização, de aluno surdo? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

8) Como se comunica com seus alunos surdos? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

- Através de interprete
 Gestos; Mímica
 Língua portuguesa escrita
 Mistura de Língua Portuguesa e sinais
 LIBRAS
 Linguagem própria
 Outra

Qual?



9) Você conta, ou já contou histórias em LIBRAS para os seus alunos surdos? Se sua resposta for sim. Qual? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

- Sim
 Não
-

10) Seus alunos sofrem discriminação por serem surdos? Qual discriminação? E essa discriminação afeta em sua alfabetização? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

11) Quando você utiliza uma atividade lúdica em sala de aula, e não possui o domínio da LIBRAS, como você professor faz essa mediação? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

12) Como a escola fez ou faz adaptações (Estrutura física, material pedagógico, equipe de funcionamento, etc.), para atender alunos surdos no contexto da alfabetização? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

13) Os pais dos alunos surdos participam da vida escolar dos seus filhos? De que forma? OBS: Caso não tenha essa experiência passe para próxima questão.

14) De que forma o suporte da Coordenação pedagógica e da gestão escolar influência no trabalho com alunos surdos no período da alfabetização? Dê a sua opinião.

15) Como se imagina atuando numa sala de alfabetização tendo alunos surdos inseridos? Tente descrever suas sensações neste contexto.

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

Acadêmico(a):	Ana Cristina Silva Geovana Lara Morais				
CPF:	060.780.821-75 706.003.611-36	RG:	5547487 6541830	TEL:	62 993686217 62 994003047
Orientador:	Me. Renato Antônio Ribeiro				
Instituição:	Faculdade Católica de Anápolis.				
Título do Trabalho:	Libras no contexto da formação de professores alfabetizadores				
Objetivo:	Analisar a aquisição da LIBRAS pelos professores em sua formação acadêmica (inicial/continuada) e sua prática no exercício da profissão, apontando a influência e a importância do domínio no âmbito da Alfabetização.				

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do(a) pesquisador(a) responsável. Os dados fornecidos serão mantidos sobre absoluto sigilo, mantendo a privacidade dos sujeitos envolvidos. Esclarecemos que não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(a) acadêmico(a) responsável pela pesquisa. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com a Secretaria Geral da Faculdade Católica de Anápolis no telefone: **(62) 3328-8900** ou **pelos e-mails:** secretaria@catolicadeanapolis.edu.br / renatoantonio@catolicadeanapolis.edu.br.

Eu, _____, RG nº _____ CPF nº _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordo em participar do estudo descrito acima como sujeito e **AUTORIZO**, através do presente termo, o(a) Pesquisador(a) a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor do(a) pesquisador(a) da pesquisa, acima especificado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade.

Anápolis, ____ de _____ 2019.

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do(a) Acadêmico(a)/Pesquisador(a): _____



Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenadora Curso de Pedagogia
Faculdade Católica de Anápolis



Prof. Renato A. Ribeiro
Msc Educação Linguagem
e Tecnologias

Profa. Ma. Kátia Cilene Camargo Silva
Coordenação do Curso

Prof. Me. Renato Antônio Ribeiro
Professor Orientador



ANEXOS

ANEXO A - LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002: Legislação citada anexada pela coordenação de estudos legislativos – CEDI

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI
LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngue, referida no caput.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.